

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência
Secretário de Estado do Emprego
Praça de Londres, 2, 15.º
1049-056 Lisboa

Assunto: **Pergunta n.º 79/XIII/2.ª, de 21 de setembro de 2016**

Sobre o assunto em epígrafe, informo V. Exa. do seguinte, com base nos esclarecimentos prestados pela Unidade de Apoio ao Centro Local do Oeste, da ACT, relativamente às questões suscitadas pelos Senhores Deputados Heitor de Sousa, José Moura Soeiro e Moisés Ferreira, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, dando conta da situação laboral dos trabalhadores contratados através de empresa prestadora de serviços para exercício de funções no Centro Hospitalar do Oeste (CHO):

1. Foi desencadeada no dia 11 de outubro de 2016, ação inspetiva ao empregador Lowmargin, Lda. (cessionária da posição contratual da Tónus Global, Lda.), na qualidade de adjudicatária de diversos contratos de prestação de serviços no CHO, para verificação da situação laboral dos seus trabalhadores e demais prestadores ao serviço nas Unidades Hospitalares de Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras.
2. Apurou-se que à data de início da ação inspetiva, o CHO mantinha 1499 trabalhadores com vínculo à Função Pública (contrato de trabalho em funções públicas) e mantinha 179 trabalhadores/prestadores de atividade a desempenhar funções no CHO mas pertencentes à empresa Lowmargin, Lda. (que assumiu posição contratual da Tónus Global, Lda.), distribuídos pelas categorias profissionais constantes na tabela *infra*:

TRABALHADORES DO CENTRO HOSPITALAR DO OESTE	Trabalhadores com contrato de trabalho em Funções Públicas	Trabalhadores pertencentes à empresa Lowmargin (contratada pelo CHO)
ADMINISTRADOR/ PESSOAL DIRIGENTE	3	
PESSOAL MÉDICO	158	
INTERNATOS MÉDICOS	95	
PESSOAL TÉC.SUP.SAÚDE	14	
PESSOAL TÉC.SUPERIOR	24	4
PESSOAL DE ENFERMAGEM	570	21
TÉC.DIAG.TERAPÊUTICA	115	16
PESSOAL DOCENTE	1	
ASSISTENTE TÉCNICO	186	20
ASSISTENTE OPERACIONAL	325	118
RELIGIOSO/OUTROS	1	
Total	1499	179

3. À data da ação inspetiva, a situação reportada relativa a retribuições em atraso já se encontrava regularizada.
4. Verificou-se, contudo, que não estava a ser efetuado pagamento do subsídio de férias de 2016, nos termos legais, tendo a situação sido regularizada na sequência de Notificação para pagamento de quantias em dívida aos trabalhadores e à Segurança Social e, em consequência, tendo sido pagos 38.043,55 € aos trabalhadores.
5. Quanto às demais irregularidades reportadas nos pedidos de intervenção, foi efetuada em 6 e 8 de março, reunião com reclamantes, incluindo representante sindical, dando conta das diligências efetuadas, e foram as questões alegadas reduzidas à questão única da integração dos precários nos quadros do CHO.
6. Na sequência da Advertência, nos termos do n.º 2 do art.º 17.º da Convenção n.º 81 da OIT, para regularização da situação laboral dos 36 prestadores de atividade (distribuídos pelas categorias profissionais de *Enfermeiro* e *Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica*), a Lowmargin, Lda. impugnou a factualidade subjacente, tendo, em consequência, sido desenvolvidas diligências complementares de prova que culminaram no

apuramento de um quadro global de facto que indicia a existência de *subordinação jurídica*, não relativamente à Lowmargin, Lda, mas sim face ao próprio CHO.

7. Considerando aa Resolução n.º 32/2017 do Conselho de Ministros, de 28 de fevereiro, relativa ao programa de regularização extraordinário dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP), os interlocutores contactados no âmbito da ação foram informados de que a avaliação da situação, para efeitos de integração, competirá à respetiva Comissão bipartida para o efeito constituída.

Com os melhores cumprimentos,

O Inspetor-Geral do Trabalho

P. N. Pimenta Braz